

# Páginas feministas de Outubro

Renata Gonçalves<sup>1</sup>

**Resumo:** Neste artigo examinamos a participação das mulheres nas transformações das relações de gênero impulsionadas pelo processo soviético.

**Palavras-chave:** Revolução de Outubro; Feminismo; Relações de gênero; Emancipação feminina.

**Abstract:** In this article we examine the participation of women in the transformations of gender relations promoted by the Soviet process.

**Keywords:** October Revolution; Feminism; Gender relations; Women's liberation.

---

<sup>1</sup> Doutora em Ciências Sociais. Professora da Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, Santos-SP, Brasil. E-mail: rengon2011@gmail.com

## Prelúdio

Existe hoje certo consenso de que o livro de Simone de Beauvoir (1991), *O segundo Sexo*, de 1949, pautou os debates e ações do movimento feminista da segunda onda no mundo Ocidental a partir dos anos 1960. Maria Lygia Quartim de Moraes observa que foi a partir de Beauvoir e de sua célebre frase “ninguém nasce mulher, torna-se”, que “as tradições e preconceitos que regem nossa sociedade, bem como suas normas e padrões de normalidade, receberam um forte abalo” (Moraes, 2017, p. 25). No entanto, Moraes enfatiza que as várias citações do livro ocultam sistematicamente as referências ao marxismo e ao comunismo nele contidas, configurando esta forma de interpretação “uma das dimensões da atual despolitização do feminismo e de suas teóricas, assim como o das lutas operárias e do fato inquestionável que as lutas pela libertação nacional, as lutas de classe e as lutas contra a opressão da mulher são lutas encabeçadas e apoiadas por pessoas e partidos de esquerda” (Moraes, 2017, p. 26). Com efeito, um momento significativo do avanço destas lutas e citado fartamente no referido livro, foi o processo revolucionário de 1917, no qual desde o início a condição feminina ocupou parte expressiva de ações, debates e resoluções.

Na Rússia czarista do final do século XIX e início do XX, aproximadamente 90% da população vivia no campo, empregava técnicas agrícolas primitivas levando a rendimentos baixíssimos. A imensa maioria dos camponeses russos, cerca de 80%, era analfabeta (BROUÉ, 2014). No seio desta precariedade, as mulheres viviam sob as condições mais deploráveis: além de não saberem ler e escrever, nas regiões rurais mais longínquas os homens tinham direito de vida e de morte sobre elas; também não podiam votar ou participar de organizações políticas. Com a inexistência de casamentos civis, era permitida a união apenas entre pessoas de uma mesma religião; os divórcios, quando autorizados, eram vexatórios (BUONICORE, 2007). Como nos demais países capitalistas, as mulheres eram consideradas de segunda categoria ou, para utilizarmos a expressão de Beauvoir, faziam parte do grupo do *segundo sexo*, cujos destinos praticamente as atrelavam às responsabilidades com as tarefas domésticas. Guardadas as devidas proporções, esta também era a realidade para as mulheres no restante do mundo, sendo proibido a elas exercerem certas funções consideradas masculinas.

A I Guerra Mundial mexeu com estas fronteiras do masculino e do feminino. O recrutamento de homens para lutarem nas frentes de batalha deixou muitos postos vagos e fez a produção cair. O “esforço” de guerra levou à necessidade de recorrer à força de

trabalho feminina em substituição à masculina. As, até então, “desqualificadas” mulheres agora ingressavam massivamente à esfera produtiva.

Na Rússia não foi diferente. As mulheres, transformadas em operárias agrícolas, substituíram os trabalhadores rurais e, como operárias, adentraram as fábricas no lugar de seus pais, companheiros e filhos. A penúria dos anos de guerra era insuportável para todos, e mais ainda para as mulheres que tinham de aguentar jornadas de trabalho extenuantes, prolongadas pelas tarefas domésticas cotidianas. Eram também elas as responsáveis por procurar alimentos no mercado clandestino. A situação de precariedade, “acabou atingindo a saúde das mulheres, aumentando o índice de mortalidade feminina. A neurose e as doenças mentais propagaram-se como consequência destas privações, do esgotamento e da angústia” (VIDAL; RECK, 2009, p. 62). De acordo com Andrea D’Atri, foram “estas mulheres trabalhadoras, fundamentalmente as operárias têxteis, as que em 23 de fevereiro de 1917 (8 de março no calendário ocidental) protestaram por pão, paz e liberdade” (2004, p. 88). Contra todas as expectativas, inclusive das próprias organizações de trabalhadores, o processo revolucionário veio de baixo, as massas de mulheres pararam as fábricas. Estava iniciado o processo revolucionário que abalaria profundamente a estrutura de poder na Rússia, incluso as relações de opressão a que estavam submetidas as mulheres, em especial, as trabalhadoras.

## Bastidores

O debate em torno da condição feminina ganhava corpo junto às mulheres trabalhadoras desde o final do século XIX. Embora não fosse consenso entre seus militantes, os partidos socialdemocratas de vários países não conseguiram ser indiferentes às crescentes mobilizações femininas, em especial a luta pelo voto. Alguns dirigentes socialdemocratas viam na luta das mulheres em torno do direito ao voto uma inclinação ao conservadorismo, o que, na leitura deles, prejudicaria os avanços eleitorais da socialdemocracia. August Bebel, na contramão desta maneira de compreender a condição feminina, foi pioneiro ao insistir “na missão de salientar a importância do recrutamento das trabalhadoras para o sucesso da luta contra a burguesia” (ANDRADE, 2010, p. 9). O tema da emancipação da mulher foi central em sua obra máxima, *A mulher e o socialismo*, de 1879, e, desde então, o partido não pôde mais ignorar o assunto. Bebel buscava atrair as mulheres para o movimento e ao mesmo tempo pretendia difundir os princípios fundamentais do socialismo para as amplas massas trabalhadoras. A partir

das leituras de Marx e de Engels, o autor estabelece uma relação entre a condição (de escravidão) feminina e o desenvolvimento dos modos de produção. O caráter mutável das instituições, apontado por ele, desestabiliza as concepções estáticas e naturalizadas da família, tão difundidas pela Igreja (BEBEL, 1923). A questão feminina, para Bebel, estava entranhada ao aspecto mais geral da questão social. Abolir as contradições do sistema capitalista poderia levar ao fim da escravidão salarial e sexual a que estavam submetidas as mulheres. Para resolver a questão da opressão feminina seria necessário compreender o

...seu verdadeiro lugar no movimento socialista e sua participação na luta de classes. Assim como as ideias socialistas deveriam penetrar em todas as camadas da sociedade, inclusive em círculos conservadores, também as mulheres, geralmente imbuídas de uma moral tradicional amparada na religiosidade e em “superstições”, deveriam perceber o atrelamento de sua dependência econômica, subordinação política e baixo status social à exploração de classe promovida no âmbito do modo de produção capitalista. Somente em comunhão de esforço com o proletariado as mulheres atingiriam sua libertação e independência plenas (ANDRADE, 2010, p. 11).

Em que pese sobre o autor a crítica de que uma vez feita a revolução social os trabalhadores entregariam às mulheres sua libertação, seus escritos pautaram o debate sobre a condição feminina no seio da socialdemocracia. Na seção alemã, foram incorporados ao programa do partido, de 1891, os princípios de fim das desigualdades entre os sexos; do sufrágio universal igual, direto e secreto, sem distinção de sexo; da abolição das leis (em especial, as que normatizam o casamento monogâmico e a família burguesa) que colocam as mulheres em status de inferioridade em relação aos homens.

As ideias de Bebel também foram seguidas de perto por duas importantes militantes e intelectuais socialdemocratas, cujas trajetórias e obras marcaram a luta contra a desigualdade entre os sexos, antes, durante e depois do processo revolucionário de 1917: a socialdemocrata alemã Clara Zetkin e a bolchevique Alexandra Kollontai. Esta última, aliás, desempenhou papel fundamental na Rússia dos *soviets*.

Nossa primeira intelectual orgânica da social democracia alemã, Clara Zetkin, atribuiu a forma como as mulheres agem e pensam não a uma natureza feminina, mas ao lugar que a sociedade lhes reserva. Uma mudança na sociedade implicaria uma alteração na mentalidade e no comportamento. Recusava o culto à maternidade como uma característica essencial da mulher e via no enclausuramento familiar a impossibilidade das mulheres se interessarem pela vida política e social. Uma rebelião contra a família seria o

ato inicial da luta das mulheres modernas para saírem da prisão dos lares e conquistarem a emancipação por meio da entrada na esfera produtiva, participando da produção da riqueza social. Embora acredite nos sentimentos amorosos, Zetkin advogou pelo divórcio consensual (incluindo a mulher nas decisões) para os casos em que o casamento se torne um inferno insuportável (BADIA, 1993). Esta mesma crença a levará a defender o amor livre contra a hipocrisia do casamento burguês, que impõe a virgindade e a fidelidade conjugal da mulher como garantias biológicas quanto aos herdeiros legítimos do marido. Para os proletários, dirá a socialista, estas garantias não têm valor de mercado. Consciente de que estes mesmos proletários não mudam de um dia para o outro, milita para uma maior participação dos homens na vida doméstica, ao mesmo tempo em que defende que as mulheres deveriam participar da vida sindical. O fardo do trabalho na fábrica e das atividades domésticas impede que as mulheres tenham tempo para participar da vida política. Esta questão relativa à falta de tempo das mulheres para participarem da produção e da política será central nos primeiros anos da revolução bolchevique, como veremos mais adiante.

Em diálogo com Zetkin, a militante bolchevique Alexandra Kollontai também contribuiu para que as reivindicações das mulheres ganhassem corpo. Em 1899 filiou-se ao Partido Social Democrata russo e se juntou aos bolcheviques na revolução de 1905. Data deste período o início de sua luta pela igualdade entre homens e mulheres. Nesta época, escreve,

...tomei pela primeira vez consciência de quão pouco nosso partido se interessava pelo destino das mulheres da classe trabalhadora e pela libertação da mulher. Na Rússia, já havia um movimento feminino burguês forte; mas minha concepção marxista do mundo me indicava com absoluta clareza que a liberação da mulher só poderia ocorrer como resultado de uma ordem social nova e um sistema econômico distinto. Assim, intervi diretamente na luta entre as defensoras do direito da mulher russa, procurando fazer, com todas as minhas forças, com que o movimento operário assumisse também o problema da mulher como um dos objetivos de luta de seu programa (KOLLONTAI, 1980, p. 18).

Tarefa nada fácil, mas Kollontai não se intimida. Em 1907, ajuda a criar o Clube das Trabalhadoras, que traçava uma linha divisória com relação às defensoras dos direitos das mulheres burguesas. Na mesma época, foi publicado seu livro *O fundamento social do problema feminino*, em que polemiza com as tais defensoras. O livro, como relata a própria autora, teve relativo sucesso, mas o partido reconheceria a pertinência do

tema somente em 1914, pouco antes do início da guerra. Ainda em 1907, ao lado de Clara Zetkin, Kollontai participou como delegada da Rússia na Primeira Conferência Internacional de Mulheres Socialistas, em Stuttgart. Esta conferência, coordenada por Zetkin, foi fundamental “para o desenvolvimento, em direção ao marxismo, do movimento de trabalhadoras” (Kollontai, 1980: 20).

Como os demais líderes do partido socialdemocrata russo, a revolucionária bolchevique também teve de viver na clandestinidade. Em momento algum deixou de militar para romper com a desigualdade entre os sexos dentro e fora da Rússia. Em sua autobiografia, são longas as passagens nas quais descreve sua intensa militância junto aos partidos socialdemocratas em vários países da Europa e seus debates em torno da questão feminina, ao mesmo tempo em que lutava contra a participação dos socialistas na iminente 1ª Guerra Mundial. Em 1915, viajou aos Estados Unidos a convite do partido socialista<sup>2</sup>, onde permaneceu por cinco meses e percorreu mais de oitenta cidades. De acordo com a autora, esta passagem pela América, apesar de esgotante, foi muito frutífera, pois reforçou “a ideologia internacionalista dos partidos americanos” (KOLLONTAI, 1980, p. 26). No ano seguinte, volta aos Estados Unidos para atuar ao lado de Trotsky e outros camaradas russos, mas a entrada do país na guerra dificultou o trabalho internacionalista de outrora. Mesmo longe, nunca desistiu de influenciar o partido socialdemocrata russo e as próprias trabalhadoras em favor da libertação da mulher. Pouco antes da guerra, escreve a autora, as duas facções do partido, mencheviques e bolcheviques, começaram a considerar de maneira séria a questão.

Na Rússia, foram fundadas duas revistas de operárias, e nesse ano, se comemorou o Dia Internacional da Mulher, em 08 de março. Mas eu continuava vivendo fora do país, e podia colaborar só de longe com o tão querido movimento de operárias de minha pátria. Mesmo à distância, guardava estreita vinculação com as trabalhadoras russas, e já uns anos antes havia sido designada como representante oficial do sindicato têxtil e das costureiras à Segunda Conferência Internacional de Mulheres Socialistas (1910), da mesma forma que ao Congresso Socialista Internacional Extraordinário de Basileia, em 1912 (KOLLONTAI, 1980, p. 21).

---

<sup>2</sup> Fundado em 1900, o Partido Socialista dos Estados Unidos apoiou a batalha pela igualdade das mulheres e foi o único no país a defender o sufrágio feminino. Graças às mulheres socialistas, “um movimento sufragista foi criado no interior da classe trabalhadora, quebrando o monopólio que, por uma década, as mulheres da classe média tiveram sobre a organização de massas a favor do voto” (Davis, 2016: 156). Em 1919, quando o Partido Comunista substituiu o Socialista (já bastante mudado e apoiador da guerra), “as mulheres que haviam integrado o Partido Socialista estavam entre suas primeiras líderes e ativistas” (Idem, *ibidem*). O combate ao racismo, ainda tímido no partido em 1919, ganha maior centralidade a partir dos discursos de Lenin e das teses sobre a questão negra, defendidas nos Congressos da III Internacional Comunista. A este respeito, consultar Góes e Gonçalves (2017).

Com a guerra, a atuação de Kollontai se intensifica ao lado de outros camaradas bolcheviques no exílio e de alguns socialdemocratas alemães que, como ela, jamais reconheceram o fervor do chamamento patriótico à guerra imperialista. Foi a primeira socialista da Europa a ser presa por realizar propaganda antibélica. Tentou, em 08 de março de 1915, organizar uma manifestação internacional de operárias contra a guerra, mas não teve resultado, pois as representantes dos países beligerantes não compareceram (1980, p. 25). Não havia espaço para o internacionalismo nem mesmo junto a camaradas socialistas. Data deste período sua filiação oficial às fileiras bolcheviques, que combatiam abertamente o social-patriotismo.

Ironia da história? Foram as mulheres que, em 08 de março de 1917, iniciaram um levante contra o czarismo na Rússia. Kollontai não estava lá. Mas é difícil não perceber a influência de suas ideias e ações nas revoltas que derrubaram o absolutismo. Correu para a Rússia, foi uma das primeiras refugiadas políticas a voltar à república nascente.

### **Uma revolução no cotidiano feminino**

Talvez não seja uma simples ironia da história se no dia 23 de fevereiro (8 de março no calendário ocidental) de 1917, as mulheres da indústria têxtil tenham desencadeado as revoltas que levaram à destituição do Czar. Era o Dia Internacional da Mulher e círculos socialdemocratas (os que estavam em paz com a guerra), queriam comemorar tradicionalmente, com discursos e panfletos. Como escreve Leon Trotsky, “não ocorria a ninguém que este poderia ser o primeiro dia da revolução” (2007, p. 113). Contra todas as diretrizes, inclusive das organizações mais combativas, “as trabalhadoras têxteis em várias fábricas saíram em greve e enviaram delegadas aos metalúrgicos, com um apelo de apoio” (Idem, ibidem). Bolcheviques, seguidos pelos mencheviques, foram atropelados pela história. A greve rapidamente ganhou as massas e era preciso fazer o chamado às ruas e liderar o movimento. Ninguém podia imaginar que a resistência ultrapassaria as próprias organizações revolucionárias, também não se imaginava que a iniciativa viria “dos setores mais oprimidos e explorados do proletariado – as trabalhadoras têxteis, e entre elas, sem dúvida, muitas esposas de soldado” (TROTSKY, 2007, p. 114). E as mulheres foram fundamentais na relação entre trabalhadores e soldados. “Elas penetram nas fileiras mais ousadamente, agarram-se aos fuzis, quase ordenam: ‘Abaixem suas baionetas – unam-se a nós’. Os soldados estão excitados, envergonhados, trocam olhares ansiosos, vacilam” (2007, p. 119). O movimento arrasta consigo o Comitê Central bolchevique, que ainda

hesitava e retardava as tomadas de decisões. A revolução avançava a passos largos, as massas faziam sua própria história.

O governo provisório, há pouco instalado, trai os ideais da revolução. Na perspectiva de Lenin, que voltou ao solo russo em abril de 1917, esta primeira fase da revolução havia dado poder à burguesia ante a insuficiente consciência do proletariado e de sua organização. Faltava dar um salto para a segunda fase. Era preciso conquistar o poder e trazê-lo às mãos do proletariado e das mais pobres camadas do campesinato. “Paz, Terra e Pão” e “Todo poder aos soviets”, defendidos por Lenin, colocavam a produção social diretamente sob o controle dos trabalhadores. Tais propostas, contidas nas *Teses de Abril*, acirraram a cisão no interior do Partido. Todavia, os bairros operários com forte base bolchevique, que desde o levante de fevereiro não parava de crescer, aderiram a cada uma das teses.

Um dos maiores problemas na época era a carestia e a falta de gêneros alimentícios. “Tal estado de coisas tornava a vida insuportável para as mulheres das classes pobres” (KOLLONTAI, 1980, p. 29). Os bolcheviques contrários ao governo provisório e com a participação de Kollontai abrem uma frente de trabalho com as mulheres ao mesmo tempo em que avançam na luta pelo aprofundamento da revolução. Em maio de 1917 aparece o semanário *As trabalhadoras*, em que Kollontai escreve para as mulheres uma proclamação contra a carestia e a guerra, mantida pelo governo provisório. No mesmo mês, ocorre a greve das trabalhadoras das lavanderias que exigiam a coletivização de todas estas empresas. A reivindicação não foi atendida. O governo, ao contrário, se tornava mais violento, em especial, com os bolcheviques. O lema “Todo poder aos Sovietes” ganhava as ruas até o resultado final: a tomada do Palácio de Inverno em Outubro de 1917.

Os bolcheviques desempenharam um papel fundamental no aprofundamento da crise e contribuíram, como escreve Almeida (2017), com o avanço do processo de constituição do proletariado como classe, o que possibilitou derrubar com alguma facilidade aquele governo que atendia aos interesses das classes dominantes e do imperialismo. Para Lúcio Flávio de Almeida, a “insurreição foi o ponto culminante de um processo revolucionário considerado por seus principais dirigentes apenas o primeiro momento de uma revolução internacional” (2017, p. 13).

Outubro de 1917 marcava a vitória da revolução e o início de uma nova página na história dos trabalhadores dentro e fora da Rússia, em especial no que se refere à condição feminina.

Se desde os primeiros meses da revolução, ainda sob o governo provisório (e mesmo antes), mulheres pressionaram para que suas reivindicações fossem atendidas, exigindo o direito ao voto e de serem votadas, direito ao aborto, o reconhecimento do matrimônio legal, do concubinato etc., agora, com a constituição do governo dos soviets, a questão ganhava outro estatuto. Alexandra Kollontai, nomeada Comissária do Povo da Previdência Social, foi a primeira mulher na história a fazer parte de um governo. Dentre as tarefas de seu Ministério, estavam a assistência aos inválidos de guerra (milhares de soldados mutilados), asilos de idosos, orfanatos, hospitais para pobres, oficinas para fabricação de próteses, colônias de leprosos, clínicas ginecológicas etc. Porém, o trabalho mais importante, segundo a Comissária do Povo, “foi a constituição legal de uma central para a orientação à maternidade e ao recém-nascido” (KOLLONTAI, 1980, p. 34). Todas as maternidades foram transformadas “em residências gratuitas para o atendimento de mães e do recém-nascido, criando desta forma, as bases para uma proteção à maternidade completamente estatal” (Idem, ibidem).

Em diálogo com *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, e *A mulher e o socialismo*, de August Bebel, Kollontai traça os princípios da emancipação feminina no que seria o (semi)estado dos soviets. A começar pela abolição da família que, segundo a autora, deixa de ser necessária, uma vez

que a tarefa de educar os filhos, que incumbia à família, é assumida cada vez mais pela coletividade. Mas sobre as ruínas da família antiga, veremos surgir em breve uma forma nova que comportará relações totalmente diversas entre o homem e a mulher e que será a união do afeto e da camaradagem, a união de dois membros iguais da sociedade comunista, ambos livres, ambos independentes, ambos trabalhadores. Fim à servidão doméstica das mulheres! Fim à desigualdade no seio da família! Fim ao temor da mulher de ficar sem apoio nem ajuda, com o filho nos braços se o marido a abandona. A mulher da cidade comunista já não depende de seu marido, mas de seu trabalho. Não é seu homem, mas seus braços de operária que a alimentam. Tampouco haverá lugar para a angústia pelo destino dos filhos. O Estado dos trabalhadores se encarrega deles (KOLLONTAI, 1982, p. 85-86).

Advogando a união livre, observa que, com o fim da propriedade privada, o comércio de mulheres deixa de existir e na nova sociedade os filhos já não pertencem mais a famílias nucleares, mas a toda a coletividade. Na perspectiva de Kollontai, isto implicava numa revolução da própria vida cotidiana, o que passava por mudar não apenas a produção, mas também o consumo. Assim, escreve a autora, o “primeiro cuidado do Estado operário e camponês foi organizar o consumo de maneira tão sensata e racional,

tão estrita e econômica quanto possível. Foi para este fim, em primeiro lugar, que se instalou a alimentação coletiva” (1982, p. 88). A pobreza, a fome e a miséria levaram a república dos trabalhadores a adotar em todas as cidades a alimentação coletiva.

Apesar das dificuldades impostas pelo bloqueio de mercadorias que impedia que chegassem de outros países, as medidas mexeram na vida cotidiana, sobretudo nas condições de existência das mulheres. A este respeito, Wendy Goldman observa que, sob o novo regime, “o trabalho doméstico seria transferido para a esfera pública: as tarefas realizadas individualmente por milhões de mulheres não pagas em suas casas seriam assumidas por trabalhadores assalariados e refeitórios, lavanderias e creches comunitários. Só assim as mulheres se veriam livres para ingressar na esfera pública em condições de igualdade com os homens, desvincilhadas das tarefas de casa” (Goldman, 2014: 21). Havia um entusiasmo com relação à emancipação feminina. Não era para menos, pois uma das primeiras medidas da revolução foi precisamente a de proclamar a igualdade total entre os sexos, iniciando uma verdadeira revolução na vida das mulheres (MANZANO, 2017). É o que observa Clara Zetkin, que passa a visitar a Rússia desde 1920. A comunista alemã “participa de inúmeros encontros com as mulheres nas fábricas, bairros, com mulheres-soldados do Exército Vermelho, e é eleita deputada de honra em vários sovietes. Relata entusiasticamente o empenho dessas mulheres em aprender o trabalho nas fábricas, assim como seu esforço e gosto por aprender a ler e a escrever” (HOEVELLER, 2017, p. 52).

As mudanças na vida cotidiana se fizeram sentir especialmente a partir do Código da família, de 1918, que “rompeu bruscamente com as prescrições e injunções patriarcais do período czarista e proclamou uma era de liberdade social sem precedentes” (GOLDMAN, 2017, p. 41). Com relação aos direitos individuais e igualdade de gênero, escreve a autora, “o Código de 1918 foi a legislação de família mais progressista até então promulgada” (Idem, p. 42). O código estabeleceu igualdade perante a lei; substituiu a autoridade religiosa por cartórios civis; instituiu o divórcio a pedido de qualquer um dos cônjuges; estabeleceu a pensão alimentícia em caso de incapacidade ou pobreza de qualquer um dos cônjuges; adotou o reconhecimento de filiação dentro ou fora do casamento registrado; proibiu a adoção, compreendendo que as crianças são responsabilidade do Estado e impediu que estas se tornassem mão-de-obra barata para os camponeses; impossibilitou o casamento como comunidade patrimonial (GOLDMAN, 2017, p. 42). Mais tarde, a lei de novembro de 1920 reconheceu que o aborto não é um delito. Tratava-se de um problema ligado à maternidade e às condições de precariedade das mulheres trabalhadoras.

Para Alexandra Kollontai, a modificação da vida cotidiana também foi impulsionada “pelas novas condições de habitação que a república dos trabalhadores instaurou” (KOLLONTAI, 1982, p. 90). Com as habitações comunitárias ou casas comuns para famílias ou para pessoas sozinhas, ganhava corpo não apenas as mudanças materiais, mas também a redefinição do conceito de modo de vida, o que, por sua vez, revolucionava inclusive a próprio significado de estética arquitetônica (KOPP, 1990). E são “sobretudo as mulheres, todas as que são obrigadas a conciliar o trabalho e a família, que têm plena consciência das vantagens do lar comunitário” (KOLLONTAI, 1982, p. 90).

### De acertos e erros... um legado feminista

Este período de intensa criatividade durou pouco e mesmo quando existiu teve de lidar com uma série de contradições, de diferenças de opiniões e de forte oposição no interior do próprio partido. Uma das particularidades deste processo consiste em que, no geral, os dirigentes afirmavam a estreita relação entre transformação social e libertação da mulher. Para Trotsky, por exemplo, a construção do socialismo só seria possível se as mulheres operárias e camponesas fossem libertas das ataduras do cuidado da família e do lar. Lenin, por sua vez, afirmava que enquanto as mulheres não fossem chamadas a participar diretamente do conjunto da vida política, o socialismo e uma democracia integral e durável não seriam possíveis.

Mesmo no que se refere à igualdade formal (igualdade diante da lei, a ‘igualdade’ entre o bem nutrido e o esfaimado, entre o possuidor e o espoliado), o capitalismo não pode dar prova de coerência. E uma das manifestações mais eloqüentes de sua incoerência é a desigualdade entre o homem e a mulher.

Nenhum Estado burguês, por mais progressista republicano e democrático que fosse, concedeu completa igualdade de direitos ao homem e à mulher.

Ao contrário, a República da Rússia Soviética varreu para sempre, de um só golpe, sem exceção, todos os resquícios das leis que colocavam os dois sexos em condições desiguais e garantiu imediatamente à mulher a igualdade jurídica mais completa (LENIN, 1926, p. 62).

No entanto, Kollontai em sua autobiografia, relata a dificuldade que encontrou para atuar no interior do processo revolucionário. Ela e suas correligionárias foram acusadas de serem “feministas” e concederem excessiva importância aos “assuntos de mulheres”. E a criação de um Departamento de Mulheres (o Zenotdel) para tratar da reconstrução da vida cotidiana foi entendida como um “separatismo” bastante semelhante ao feminismo burguês.

As mulheres passaram a significar uma espécie de dupla ameaça. Por um lado, possuiriam um atraso decorrente da longa e pesada ausência da esfera política. Por outro, o próprio reconhecimento de que era necessário realizar um esforço especial para sua emancipação era acompanhado pelo temor de que tal esforço comprometesse as realizações dos “objetivos fundamentais” da revolução. Um receio que foi muitas vezes invocado como justificativa para o adiamento estratégico deste “esforço especial”. Muitos dos assuntos foram considerados um desvio que poderia chegar “ao ponto de criar uma divisão dentro do proletariado entre os interesses dos homens e os das mulheres” (HAYDEN, 1980, p. 79). Esta postura política consolidou um fosso entre aqueles que atribuíam grande importância também às chamadas questões “específicas” e os que se voltavam exclusivamente para o que consideravam questões “gerais”.

Outros obstáculos gerais também se esbarravam nas condições “específicas”. A proposta do “amor livre” não encontrou eco entre todos os camaradas. O entusiasmo inicial com a possibilidade de relações abertas se confrontou com a cultura do machismo impregnado nos mais virtuosos revolucionários. Para muitos deles, era a oportunidade de viverem diversas relações amorosas sem se sentirem responsáveis por seus desdobramentos. Neste particular, Lenin, que defendeu o divórcio e o aborto, se posicionou contra as teses do amor livre. Sua preocupação era que elas fossem confundidas com a defesa de uma depravação amorosa (BUONICORE, 2007). E o que fazer com os frutos do amor livre? O “fardo” de uma gravidez indesejada recaía sobre quais protagonistas do amor livre?

Em 1922, havia cerca de 7,5 milhões de crianças famintas e moribundas na Rússia, vítimas da Primeira Guerra Mundial, da guerra civil e da fome subsequente. Elas vagavam pelo país famintas e desabrigadas, roubando, pedindo esmolas e se prostituindo para sobreviver. Apesar das melhores intenções, o Estado não tinha fundos para socializar o trabalho doméstico, tampouco era capaz de prover todas as crianças desabrigadas que precisavam de cuidados (GOLDMAN, 2017, p. 43).

Wendy Goldman enfatiza que, apesar do entusiasmo, o Código da Família, que favoreceria a coletividade, mas principalmente as mulheres, colidiu com a dolorosa realidade da Rússia. Houve, segundo a autora, uma colisão entre a lei e a vida concreta. A dissolução do casamento, essencial para as liberdades individuais, era extremamente difícil para as mulheres: desemprego, baixos salários, falta de creches não permitiam a independência feminina, propiciando “uma contradição aguda entre a dura realidade da vida e uma visão legal de liberdade” (GOLDMAN, 2014, p. 143). Para Goldman, a lei sancionava um processo mais profundo de ruptura e transformação social.

Anos de guerra, guerra civil e fome haviam minado laços familiares e comunitários. Camponeses que migravam para as cidades abandonavam velhos costumes e tradições. Mulheres se juntavam com soldados, desconhecidos e eventuais provedores em uniões casuais de curto prazo. As “esposas” *de facto* inundavam os tribunais buscando pensões e apoio financeiro para as crianças dos homens que as haviam abandonado. E, para muitos, a nova moralidade comunista encorajava e justificava formas mais soltas de comportamento (GOLDMAN, 2014, p. 149).

O processo revolucionário não conseguiu implementar todo o seu programa voltado para a emancipação feminina. Nas fábricas, as mulheres eram as primeiras a serem demitidas sob o argumento de que tinham “maridos” para cuidarem delas. Prática que foi duramente criticada pelas delegadas nos congressos do partido. Em 1924, o XIII Congresso reconheceu que, apesar dos relativos avanços das condições da classe trabalhadora, a situação das mulheres trabalhadoras continuava difícil. No mesmo congresso, votou-se pelo fim das demissões das mulheres. Os delegados entenderam que o emprego das mulheres não se reduzia a uma questão econômica, mas tinha um significado político. Nesta perspectiva, o partido, “rejeitou uma linha ‘produtivista’ orientada para uma recuperação econômica rápida e a maximização dos lucros, e reafirmou seu compromisso com os valores humanistas incorporados em seu programa pela emancipação das mulheres” (GOLDMAN, 2014, p. 157).

A tentativa de construção do socialismo procurou criar as condições concretas para eliminar as discriminações contra mulheres. E não foram poucos os entraves para o avanço da revolução, que provocaria uma mudança ainda mais profunda nos modos de vida. Aqueles anos inspiraram muitas lutas feministas, socialistas e antirracistas em várias partes do mundo. Do entusiasmo com a experiência soviética foram escritas muitas outras páginas feministas.

## Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Lúcio Flávio de (2017). Uma revolução proletária de curta duração e fortíssimo impacto. *Ponto-e-Vírgula*, n. 21, São Paulo.

ANDRADE, Joana El-Jaick (2010). A mulher e o socialismo: incorporação da emancipação feminina à pauta da socialdemocracia. *Lutas Sociais*, n. 24, São Paulo.

BADIA, Gilbert (1993). *Clara Zetkin, feministe sans frontières*. Paris: Les Éditions Ouvrières.

BEAUVOIR, Simone (1991). *Le deuxième sexe*. Paris: Seuil.

BEBEL, August (1923). *Woman under socialism*. New York: New York Press.

BUONICORE, Augusto (2007). As mulheres e a luta socialista. In: MACIEL, David; MAIA, Cláudio; LEMOS, Antonio Henrique (orgs.). *Revolução Russa: processos, personagens e influências*. Goiânia: CEPEC.

BROUÉ, Pierre (2014). *O Partido Bolchevique*. São Paulo, Editora Sundermann.

D'ATRI, Andrea (2004). *Pan y rosas: pertenencia de género y antagonismo de clase en el capitalismo*. Buenos Aires: Ediciones Las armas de la crítica.

DAVIS, Angela (2016). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo, Editora Boitempo.

GÓES, Weber Lopes; GONÇALVES, Renata (2017). À margem de Outubro: comunistas e relações raciais no Brasil. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.

GOLDMAN, Wendy (2017). A libertação das mulheres e a Revolução Russa: legados e lições. *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

\_\_\_\_\_ (2014). *Mulher, Estado e Revolução*. São Paulo, ed. Boitempo.

HAYDEN, Carol Eubanks (1980). El departamento de la mujer (Zhenotdel) del partido bolchevique. In: FOPPA, Alaíde; PONIATOWSKA, Elena (orgs.). *La mujer, trabajo y política*. México: Ediciones El Cabalito.

HOVELER, Rejane Carolina (2017). A Revolução Bolchevique no olhar de Clara Zetkin. *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

KOLLONTAI, Alexandra (1982). *Marxismo e revolução sexual*. São Paulo, ed. Global.

\_\_\_\_\_ (1980). *Autobiografia de uma mulher emancipada*. São Paulo, ed. Proposta editorial.

KOPP, Anatole (1990). *Quando o moderno não era um estilo e sim uma causa*. São Paulo: Nobel: EDUSP.

LENIN, Vladimir Ilitch (1920). O Dia Internacional da Mulher. In: *Obras Completas*.

Vol. XXV. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/03/07.htm>>  
Acesso em 02 de maio de 2017.

MANZANO, Sofia (2017). A mulher na Revolução Russa. *Lutas Sociais*, vol. 21, n. 38, São Paulo.

MORAES, Maria Lygia Quartim de (2017). As origens do feminismo marxista (e a Revolução de 1917). *Margem Esquerda*, n. 28, São Paulo.

SCHNEIDER, Graziela (org.) (2017). *A revolução das mulheres: emancipação feminina na Rússia Soviética*. São Paulo, ed. Boitempo.

TROTSKY, Leon (2007). *História da Revolução Russa*. São Paulo, ed. Sundermann.

VIDAL, Malena; RECK, Adela (2009). Internacionalistas – introdução. In: D’ATRI, Andrea; ASSUNÇÃO, Diana (orgs.). *Lutadoras: história de mulheres que fizeram história*. São Paulo, ed. Edições Iskra.